

Conservadores articulam projeto

Josemar Gonçalves



Setores conservadores da Constituinte consideraram-se prejudicados com a atitude do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que

rasgou em plenário o substitutivo de Bernardo Cabral em protesto a aprovação, pela Assembléia, do voto facultativo aos 16 anos. É que o deputado, numa discussão com o relator da Comissão, deixou clara a estratégia do grupo que está preparando um novo substitutivo para ser posto em votação.

A tentativa de torpedear o substitutivo Cabral vem sendo articulado há algum tempo, através de sucessivas reuniões. A mais recente ocorrida na última quinta-feira, com a presença dos deputados José Lins (PFL-CE), Darcy Pozza (PDS-RS), Afif Domingos (PL-SP), Eraldo Tiroco (PFL-BA) Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e Luís Eduardo (PFL-BA). Eles pretendem buscar fórmulas para evitar as sucessivas derrotas que vêm sofrendo na Comissão de Sistematização, e a idéia do deputado Afif Domingos é de apresentar um substitutivo com base em matérias apresentadas nas comissões e sub-comissões da Constituinte e no texto constitucional de 1946. Os conservadores estão incomodados sobretudo com a aprovação de matérias como a estabilidade no emprego, direito de greve sem restrições, pagamento de horas extras em dobro e outras conquistas obtidas por setores conservadores de esquerda.

Precipitação

O deputado Luís Eduardo acredita que José Lourenço "desmontou" a articulação, ao revelá-la em plenário, a mesma reação aliás demonstrada por deputados de esquerda, como José Genoíno (PT-SP). "Com sua reação intempestiva — disse Genoíno — Lourenço revelou precipitadamente uma articulação que está em curso por parte da direita que quer entrar com um substitutivo em plenário". Já o deputado conservador Gastone Righi (PTB-SP) não teve dúvidas em concluir: "O José Lourenço não está entendendo nada".

Esquerdistas como José Genoíno, evidentemente, não se incomodam que a estratégia tenha sido atralalhada, mas nem todos concordam que isso tenha ocorrido. O deputado José Lins, por exemplo, que participa da articulação dos conservadores, considera que não houve prejuízo nenhum "pois todo mundo já sabe dessas conversas". As dificuldades estariam localizadas em outras áreas: para apresentar um substitutivo, os conservadores têm que conseguir aprovar projeto de resolução do deputado Alvaro Valle (PL-RJ) propondo a alteração do regimento interno da Constituinte, que atualmente não dá margem para que se apresente tal substitutivo. O projeto de Valle já foi encaminhado à Mesa, mas ainda não obteve resposta do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Se a matéria for colocada em votação, os conservadores têm que reunir 280 votos em plenário para aprová-la. Somente a partir disso terão o caminho aberto para apresentar um substitutivo, que por sua vez também terá que reunir 280 votos para ser aprovado.

Hipótese difícil

O deputado José Lins explicou que, se viabilizado esse caminho, há várias formas de se tentar alterar o que vem sendo aprovado na Sistematização. Ele disse que há idéia de se fazer substitutivo por artigos, por capítulos ou mesmo um "geral", que simplesmente derrube todo o projeto de Cabral, embora considere a última hipótese mais difícil. Paralelamente a isso, está ocorrendo outro trabalho no âmbito dos partidos para tentar mudar a correlação de forças hoje existente na Sistematização.

O próprio líder pefelista José Lourenço já designou um grupo, formado por Alcení Guerra (PR), Ricardo Fiúza (PE) e José Lins para votar maior "uniformidade" dos votos do partido, o que pode não levar a muitos resultados: deputados considerados menos conservadores para o padrão do PFL, como Alcení Guerra, José Thomaz Nonô e José Jorge, mantêm também encontros com Euclides Scalco (PMDB-PR) para garantir a aprovação das matérias consideradas "progressistas", contra as quais os conservadores estão procurando se armar.



Friedrich conversou com Cabral, mas teve sua emenda rejeitada

Disputa ideológica favorece conquista dos trabalhadores

O trabalhador brasileiro, urbano, rural ou doméstico, está sendo o vencedor nas primeiras batalhas travadas na Comissão de Sistematização. A disputa pela supremacia de doutrinas ideológicas entre as facções progressistas e conservadoras possibilitou o alcance de benefícios para a classe trabalhadora que nenhum movimento sindical ou grevista jamais conseguiu. Estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e remuneração em dobro pela hora-extra são algumas das decisões aprovadas nesta última semana pela Sistematização.

Para o líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PMDB/PR), o grande fiel na balança das votações tem sido o próprio PMDB, que detém 49 dos 93 votos da Sistematização. "O que o partido vota é definitivo, o que não é votado permanece o texto do relator", comentou.

Mas para o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), os avanços no capítulo dos Direitos Individuais e Sociais são apenas "conquistas parciais". Segundo ele, muitos parlamentares ficavam temerosos em se posicionar contra os interesses dos trabalhadores, "pois com segundos interesses, já estão pensando nas próximas eleições", afirmou.

A consagração de bandeiras históricas do movimento sindical, como a estabilidade, a jornada e as horas extras, é o grande motivo apontado por Genoíno para as ar-

ticulações da direita e dos empresários, ocorridas na última semana, contra a Constituinte. "O povo deve ficar em estado de alerta, pois a qualquer momento uma mobilização poderá ser preciso para garantir a aplicabilidade destas conquistas", afirmou.

Mesmo reconhecendo que a Sistematização ainda não atingiu as votações dos temas mais polêmicos, o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL/BA), comentou com um ar de preocupação, que não sabe quem irá pagar as contas de tudo que está sendo aprovado na Comissão, "ou melhor, se for o povo, acho melhor desaprová-lo". Lourenço não descarta uma passeata de trabalhadores protestando contra tantos avanços. "E muito exagero para a Constituição, estes assuntos deveriam ser da legislação ordinária ou trabalhista", protestou.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (PC do B/BA), bastante satisfeito com as vitórias alcançadas pelos progressistas na Sistematização, não esconde sua preocupação sobre o posicionamento favorável do grupo conservador nas votações de matérias de interesse econômico ou que trate do capital estrangeiro. O parlamentar acha o empresariado nacional "frouxo, mesquinho e subdesenvolvido", pois só briga contra os "miseráveis trabalhadores e baixa a cabeça para as multinacionais".

Para Fiúza, patrões perdem

Ao se exigir mais do que o estado econômico do País pode dar aos trabalhadores, as empresas se enfraquecem e conseqüentemente perdem a sua capacidade de investir. Esta frase do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) define bem o pensamento dos parlamentares que representam a classe patronal na Constituinte. Eles afirmam que até agora, o texto da Constituição aprovado na Comissão de Sistematização não trouxe nenhum favorecimento aos patrões.

Na opinião de Ricardo Fiúza, a Comissão de Sistematização votou até agora no maior irrealismo possível, porque "a poesia socialista não tem nada a ver com a prosa da realidade".

Merecem revisão segundo Fiúza, a estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 44 horas, hora extra de valor dobrado, piso salarial unificado, licença-maternidade de 120 dias, proibição de trabalho noturno ou insalubre para menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 14 anos, e ganhos para os trabalhadores domésticos como: salário Mínimo, 13º, folga aos domingos, férias, aviso prévio e aposentadoria.

Ele admite, contudo, que foram aprovados avanços sociais conseqüentes e até necessários tais, como a participação nos lucros da empresa, desvinculada da remuneração, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e com direito à indenização, leberdade e unicidade

sindical proibição de diferença de salário e de critérios de admissão por motivos de sexo, cor e estado civil e assistência gratuita aos filhos e dependentes de zero a sete anos em creches e escolas.

O senador José Lins (PFL-CE) afirma sem meias palavras, que até agora a Constituinte não aprovou nenhum ganho para a classe patronal. Ao contrário, Lins sustenta que a conquista dos trabalhadores foi bastante ampla, embora reconheça que foram em sua maior parte justas. "A Constituição até o momento tem apresentado um perfil estatizante e xenófobo, além de termos perdido na questão do liberalismo" — sentença Lins. O senador, como seu colega Fiúza, tem esperança que o texto da Constituição depois da votação em plenário, se apresente bem mais equilibrado que o atual.

Mesmo considerando justos os avanços da classe trabalhadora, o deputado Darcy Pozza (PDS-RS), reconhece que os patrões sofreram perdas consideráveis. Justos para Pozza são os avanços dos trabalhadores que dizem respeito a conquistas pecuniárias, porque embora pareça um onus a mais para a empresa, eles podem ser diluídos nos custos, ou até repassados.

O único fato a lamentar para Pozza, foi a manutenção da estabilidade, que ele prefere chamar de "vínculo indissolúvel", porque ao contrário de onerar o sistema produtivo, pode inviabilizá-lo.

Soldado raso continua sem poder votar

Os jovens de 18 anos que estiverem servindo nas Forças Armadas não poderão votar. Essa proibição, já prevista no substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi mantida ontem pelos constituintes da Comissão de Sistematização que derrotaram, por 38 votos contra 21, emenda do deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) que suprimia a proibição do substitutivo.

Mesmo que fosse aprovada, a emenda de Friedrich ficaria prejudicada e o texto seria mantido integralmente, já que não houve o quórum mínimo de 47 votantes a favor, como prevê o regimento interno da Comissão.

Painel

Os poucos constituintes que compareceram à sessão de ontem tiveram a oportunidade de votar pelo painel eletrônico. O tempo de duração das votações diminuiu um pouco porque o programa do computador do sistema de votação eletrônica não listou o nome dos suplentes da Comissão, obrigando assim à votação nominal desses constituintes.

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) se posicionou contra a emenda, dizendo que «o dia em que os quartéis se politizarem vai prevalecer a força». O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), falando contra a emenda, voltou a atacar o substitutivo do relator Bernardo Cabral, dizendo «que estamos avançando demais e inovando rapidamente. O que se pretende é subverter a ordem constitucional». Ele acrescentou em seguida que já viu um dispositivo no substitutivo «que é uma cópia do que está na constituição soviética».

Analfabeto não pode ser eleito

O texto do artigo 13º votado até ontem na Comissão de Sistematização é o seguinte:

Art. 13º — O sufrágio é universal e o voto igual, direto e secreto.

§ 1º — O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os menores a partir de 16 anos.

§ 2º — Não podem alistar-se eleitores, os estrangeiros e os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.

§ 3º — São condições de elegibilidade: a nacionalidade brasileira, a cidadania, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento, a filiação partidária e o domicílio eleitoral, na circunscrição, por prazo mínimo de seis meses e exigir-se-á dos candidatos a cargos eletivos a seguinte idade mínima, completada até a data-limite para os respectivos registros:

I — Presidente da República e senador da República: trinta e cinco anos;

II — Governador de Estado: trinta anos;

III — Prefeito: vinte e cinco anos;

IV — Deputado federal e deputado estadual: vinte e um anos.

§ 4º — São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.